



A arborização e vegetação urbana enquanto elementos constituintes da paisagem cultural do bairro Santa Tereza em Belo Horizonte

Eduardo Cunha Castanheira(1)
Sandra Lemos Coelho Bontempo(2)
Patrícia Carolina Guimarães dos Reis (3)

Resumo

O Bairro Santa Tereza nasceu no final do século XIX, como um dos primeiros bairros residenciais para a população de operários que trabalharam na construção da Nova Capital - Belo Horizonte. Posteriormente, vieram outros moradores atraídos pela possibilidade de moradia próxima ao centro da cidade, ocupando desta forma os lotes disponíveis na região. O bairro foi testemunha do início crescente da capital e ainda hoje preserva uma parte da história da cidade no modo de habitar da sociedade, conferindo ao local um ambiente com ares interiorano. Tradição, boemia e cultura também caracterizam o bairro acentuando a identidade do local. Além de sua importância histórica e sociocultural, trata-se de um bairro que ainda confere qualidade de vida urbana aos habitantes. Esta qualidade está diretamente ligada à preservação da ambiência urbana, notadamente pela ocupação com baixa altimetria e uso predominantemente familiar. A presença das espécies arbóreas tanto nas ruas como nos quintais acentuam esse caráter. No que tange a qualidade ambiental, nos últimos anos, esse panorama tem-se modificado, principalmente em função da supressão de indivíduos arbóreos. Assim este trabalho aborda a arborização e vegetação urbana no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, e visa discutir a importância do componente vegetal, como elemento fundamental no reconhecimento e caracterização da paisagem cultural no bairro. Para tanto serão considerados o modo de vida local e a relação desse com a vegetação, identificado através do estudo da história de ocupação e evolução da ocupação no bairro, registros fotográficos, levantamentos da vegetação e observação in-loco das manifestações culturais e sociais.

Palavras-chave: patrimônio, paisagem cultural, arborização, identidade cultural

1- Prof. Tempo Integral do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. eduardo.castanheira@izabelahendrix.metodista.br

2- Prof.a Tempo Integral Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. sandra.bontempo@izabelahendrix.metodista.br

3- Arquiteta e Urbanista graduada pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. llpatricia.reisll@gmail.com



Introdução

O registro das atividades humanas e culturais tem sido estudado em diversas escalas urbanas, demonstrando a importância deste conhecimento para o entendimento da dinâmica da cidade. A vegetação nos meios urbanos apesar, de elemento fundamental na paisagem das cidades, tem sido pouco contemplada como integrante destes registros e reconhecida na sua importância de preservação.

O estudo da arborização urbana aponta suas funções, benefícios paisagísticos e ambientais tais como conforto para a cidade, purificação do ar, equilíbrio térmico, redução de ruídos, redução da erosão, qualificação paisagística de um imóvel, atração de aves e outros animais da fauna silvestres, opções de lazer e descanso para a população além da valorização histórico-cultural, entre outros. Na área do planejamento urbano a preocupação com a sustentabilidade das cidades está vinculada à valorização dos recursos naturais, ecológicos, ambientais e paisagístico da cidade, o que legitima a importância da presença da vegetação no contexto urbano.

O Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte foi reconhecido como Patrimônio Cultural do município em 2015, quando foi aprovado o seu tombamento pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. O local é caracterizado por ser um bairro tradicional marcado por fortes manifestações culturais e uma intensa atividade boêmia e cultural. As características de seu espaço edificado e as relações de sociabilidade estabelecidas entre seus moradores fazem com que o bairro apresente um conjunto de significados e paisagens que são responsáveis pela formação de uma identidade cultural específica.

É importante ressaltar que as praças do bairro estão associadas a estabelecimentos comerciais e culturais, neste sentido as praças são usadas como uma extensão deste espaço e constituem ambiências muito importantes para as manifestações das atividades culturais e de lazer da comunidade e de toda a cidade de Belo Horizonte.

A vegetação no bairro Santa Tereza tanto nas ruas quanto nos quintais das residências configura-se como um importante elemento de paisagem cultural e, nesse sentido



valoriza e colabora na qualidade ambiental, na preservação da ambiência do bairro, bem como fortalece o sentimento de pertencimento e identidade local.

Esse trabalho visa reconhecer a arborização e a vegetação urbana enquanto elemento da paisagem cultural e ambiental do Bairro Santa Tereza, a fim de preservá-la e fortalecer a identidade do bairro como paisagem cultural.

Para atingir esse objetivo foram analisados dados referentes à vegetação local na SMMA- Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na base cadastral do município de Belo Horizonte disponibilizada pela PRODABEL – 2010 (PBH, 2010) , bem como em coleta de dados in loco.

1. Breve panorama da importância do Bairro Santa Tereza para Belo Horizonte

A decisão de transferir a Capital mineira de Ouro Preto para a antiga região do Arraial do Curral Del Rei, no final do século XIX, estava carregada do desejo de mudança de um passado colonial e a busca por uma nova identidade moderna, concebida e planejada dentro da precisão racionalista que simbolizava o progresso. Assim a inauguração de Belo Horizonte, em 1897, ocorre junto à construção de diversos imóveis e obras de abertura de largas avenidas. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO BAIRRO SANTA TEREZA, 2015).

O início da formação do que viria a ser o bairro Santa Tereza data aproximadamente de 1896, a partir da necessidade de força de trabalho para construção de uma nova cidade e a chegada de imigrantes, muitos deles estrangeiros, em busca de trabalho no comércio ou em outras ocupações.

Esta significativa presença de imigrantes estrangeiros era devida à implantação do Centro de Imigração da Capital, um grande galpão que servia como abrigo e onde as famílias de imigrantes poderiam legalizar sua situação nos pais. Em 1914 foi terminada a obra de construção da Hospedaria dos Imigrantes, localizada nas proximidades de onde seria, em 1937 inaugurada, a Praça Duque de Caxias. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO BAIRRO SANTA TEREZA, 2015).



A escolha do nome do bairro aconteceu em 1928 a partir de uma reivindicação de um grupo de moradores da própria comunidade. A designação foi definida por uma analogia ao bairro Santa Tereza no Rio de Janeiro, devido à semelhança no relevo e meios de transporte que atendiam as regiões.

A construção da Matriz iniciou em 1931 e se prolongou por aproximadamente 30 anos, configurando-se junto a Praça Duque de Caxias como área central do bairro, tornando-se ícones de sua identidade e locais de maior movimentação. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DO BAIRRO SANTA TEREZA, 2015).

Na década de 1950 era possível observar o predomínio de uso residencial do bairro, quando começaram a construções de pequenos edifícios. Esta época destaca-se pela fase de mercado especulativo na região. Dessa forma, a partir dos anos 80, o bairro Santa Tereza foi marcado pelo aumento de empreendimentos imobiliários evidenciados pela construção de pequenos conjuntos habitacionais. (GÓES, 1996)

Na década de 60, surgiu o Clube da Esquina, caracterizado por ser um movimento musical que influenciou toda a música popular brasileira. Em meados da década de 70 foi construído o Mercado Distrital do Bairro Santa Tereza, no terreno do antigo Hospital Cícero Ferreira (FIG. 1), numa tentativa de regionalizar o abastecimento de alimentos na cidade respondendo ao projeto municipal gerido pela Fiscalização Integrada de BH.

Figura 1 Vista do bairro no primeiro plano o Mercado Distrital



Fonte: Google Earth, acesso em 2017

Na década de 90 os moradores do bairro organizaram-se preocupados com a preservação da ambiência local. O Movimento Salve Santa Tereza (FIG. 2) teve início

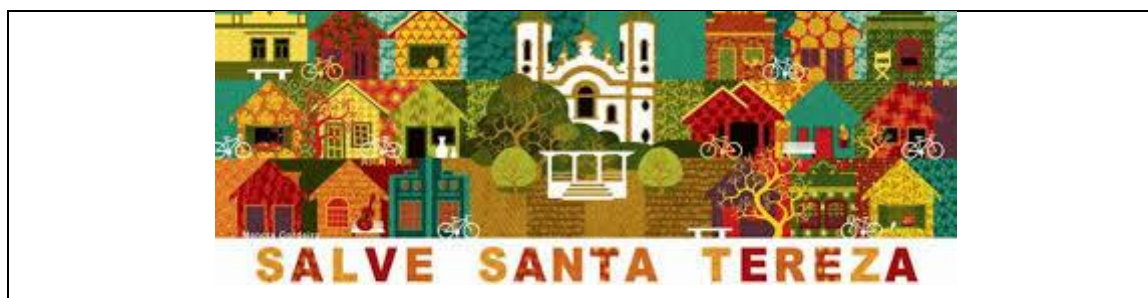


então em 1996, com mobilização dos moradores do bairro pela aprovação da Lei de Criação da ADE - Área de Diretrizes Especiais de Santa Tereza (Lei 7166/1996).

A ADE são manchas sobrepostas ao zoneamento que em decorrência de suas características, define o exigem a implementação de políticas e diretrizes urbanísticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades econômicas diferenciadas. (Manual técnico aplicado a Edificações). No caso do Bairro de Santa Tereza a ADE estipulou em função das características ambientais e da ocupação histórico-cultural, a adoção de parâmetros de ocupação diferenciadas e de medidas especiais para proteger e manter o uso predominantemente residencial unifamiliar, desestimulando a especulação imobiliária.

Em 2015, o Conselho Deliberativo do Patrimônio do Município de Belo Horizonte aprovou através da Deliberação Nº 019/2015 a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza e a abertura de processo de tombamento dos bens culturais bem como das indicações para Registro Documental. Para além de promover a salvaguarda de uma arquitetura que remete ao período inicial de ocupação do bairro, o tombamento contribui para a preservação de um patrimônio intangível, um sentimento de pertencimento, marcado por fortes relações de vizinhança.

Figura 2 Cartaz do Movimento Salve Santa Tereza



Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/historia/santa-tereza-o-bairro-mais-boemio-de-bh>



2. Patrimônio

Segundo CHOAY (1925), a palavra “patrimônio” está ligada em sua origem as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade que conserva seus valores no tempo e no espaço. Quando o termo patrimônio vem associado a um adjetivo (histórico, cultural, natural), seu significado assume uma abordagem diferente. O conceito de patrimônio como legado que se herda de gerações passadas, não pode ser entendido sem o adjetivo que caracteriza a categoria, o tempo histórico ou a localização do bem a ser preservado. Quanto mais adjetivos são relacionados à ideia de patrimônio maior se torna a sua abrangência e, de acordo com CHOAY (1925), este crescimento exponencial acompanha a sua tripla extensão dos bens patrimoniais: tipológica, cronológica e geográfica.

Patrimônio histórico pode ser entendido, portanto como o conjunto de bens que carregam a identidade de um grupo social ao longo do tempo. Há que se considerar, portanto que o patrimônio histórico seja composto por uma instância material através da qual se manifesta a cultura e memória de um determinado grupo social.

O IPHAN, através do Decreto-Lei nº25 de 30 de Novembro de 1937, conceitua patrimônio histórico e artístico nacional como o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 1937). Para que um bem seja considerado um patrimônio histórico e artístico ele deve estar inscrito nos Livros de Tombo.

A Constituição Federal de 1988 no Artigo 216 ampliou este conceito de Patrimônio Histórico e Artístico a partir de uma nova designação: Patrimônio Cultural Brasileiro. Esta alteração incorporou as referências ao conceito da cultura e, portanto, bens de natureza imaterial.

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e



tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, Artigo 216)

De acordo com a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." (UNESCO, 2003)

Para melhor conhecer, valorizar e favorecer a permanência do patrimônio cultural, foi adotado o decreto nº 3.551 de 2000 que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial”. Este registro deve ser realizado nos seguintes livros: I- Livro do Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos do modo de fazer tradicionais da comunidade; II- Livro do Registro das Celebrações, onde devem ser inscritos rituais e festas; III- Livro de Registro das Formas de expressão, onde devem ser inscritos manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV- Livro de registro de lugares, onde serão inscritos mercados feiras, santuários e praças e outros espaços onde se desenvolvem práticas sociais.

O bairro Santa Tereza apresenta um rico patrimônio cultural, que se manifesta tanto através das edificações de interesse arquitetônico e histórico, quanto das relações sociais que se estabelecem naquele espaço.

O conjunto urbano do bairro Santa Tereza é tombado pela instância municipal e possui algumas edificações tombadas a nível estadual e nacional. Como patrimônio material, o bairro apresenta também qualidades paisagísticas e de interesse histórico e ambiental.

Segundo a Carta de Veneza de 1964, a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras



modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. Já a carta de Florença de 1981 diz: "Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico". Nesse sentido deve ser entendido como "monumento". No Artigo 2 da mesma Carta comenta: "Um jardim histórico é uma composição de arquitectura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, consequentemente vivo, e como tal perecível e renovável". O seu aspecto resulta de um equilíbrio perpétuo entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza e da vontade artística e compositiva que tende a perpetuar a sua condição.

A vertente imaterial se manifesta através das suas formas de expressão, em que se destacam as manifestações musicais, protagonizado pelo Clube da Esquina na década de 80. O mercado as feiras e bares presentes no bairro estabelecem uma relação entre si, e fazem com que diferentes públicos possam se associar em um mesmo espaço para que o desenvolvimento de suas práticas sociais seja mais efetivo. (Fig. 3 e 4)

Todas estas características configuram-se como elementos constituintes da paisagem do bairro, que apresenta características marcantes, definidas por intermédio das manifestações sociais econômicas e políticas que permanecem ao longo do tempo e diferenciam a paisagem do bairro Santa Tereza dos demais bairros de Belo Horizonte.

Figura 3- Carnaval



Figura 4 cartaz do Clube da esquina



Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/historia/santa-tereza-o-bairro-mais-boemio-de-bh> - https://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_da_Esquina



3. Paisagem

Segundo SAUER (1963), “o termo paisagem é apresentado para definir o conceito de unidade da geografia, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica dos fatos. (...) os fatos da geografia são fatos do lugar; sua associação origina o conceito de paisagem”. Nesta mesma linha de pensamento, BERTRAND (1972), afirma que não deve ser tratada como um conjunto de elementos geográficos, mas sim como o resultado de uma combinação de elementos que se relacionam entre si e estão em constante mutação.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. A dialética tipo-indivíduo é próprio fundamento do método de pesquisa. (BERTRAND, 1972)

É importante ressaltar que a relação da paisagem com ação humana se manifesta ao longo dos anos e, portanto, a análise da paisagem deve ser realizada considerando sua trajetória no tempo. Segundo SAUER (1963), “o conteúdo da paisagem é encontrado nas qualidades físicas e da cultura humana estabelecida naquele espaço.”

Dessa forma, um sistema de delimitações de unidades homogêneas que se relacionam entre si deve ser estabelecido para cada disciplina especializada no estudo de um aspecto da paisagem. As paisagens físicas são constantemente modificadas pela ação do homem e, portanto a divisão de parcelas territoriais constitui critérios essenciais de classificações de paisagem. A análise da vegetação para a caracterização da paisagem, segundo BERTRAND 1972, é um critério em que fica muito clara a exploração do homem.

No entanto, a melhor aproximação do problema é fornecida pela vegetação que se comporta sempre como verdadeira síntese do meio. As unidades fitogeográficas correspondem a massas vegetais perfeitamente definidas tanto no plano fisionômico quanto no plano dinâmico. (BERTRAND, 1972, p. 142)

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, estabelece que “as paisagens culturais são propriedades culturais e representam as "obras combinadas da natureza e do homem". São ilustrativas da evolução da sociedade humana e do assentamento ao longo do tempo, sob a influência das restrições físicas e / ou



oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e de sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (ICOMOS, 2015)

Enquanto o termo paisagem natural é utilizado para definir paisagens que não sofreram a intervenção humana o termo paisagem cultural indica uma paisagem em que se estabeleceram relações culturais e identidade de uma comunidade o crescimento vertiginoso dos centros urbano, a paisagem natural vem cada vez mais sendo substituído pela paisagem urbana o que vem causando problemas ecológicos e sociais. O conceito de ecologia da paisagem se estabelece na “relação da paisagem com organismos vivos”. Tem como objetivo a análise funcional dos ecossistemas e sua possível recuperação atendendo a diferentes tipos de danos provenientes das ocupações do território. (FERRAZ e VETTORAZZI, 2003.)

A análise da arborização urbana do bairro Santa Tereza no intervalo de tempo entre 2002 e 2016, segundo informações disponibilizadas pela Secretaria do Meio Ambiente, revela que várias espécies arbóreas foram suprimidas e tendem a se tornarem cada vez mais escassas se não houver um planejamento que regule o plantio e manutenção da vegetação do bairro. A supressão de indivíduos vegetais descaracteriza a paisagem do bairro e ao mesmo tempo demonstra uma nova relação do indivíduo e dos grupos sociais no espaço. A relação da comunidade com a vegetação vem se enfraquecendo à medida em que há um aumento da ocupação dos lotes com a construção de pequenos edifícios residências que acabam suprimindo os antigos quintais com seus pomares e jardins (FIG. 5 e 6)

Figura 5- Vista das casas com quintais em alguns locais do bairro



Fonte : <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/historia/santa-tereza-o-bairro-mais-boemio-de-bh>

Figura 6- Vista das novas ocupações com edifícios residenciais



Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/historia/santa-tereza-o-bairro-mais-boemio-de-bh>

As áreas permeáveis dentro do lote contribuem significativamente para a conformação do modo de viver no local. A troca de mudas e frutos entre vizinhos é uma prática comum e contribui para a manutenção da diversidade da vegetação e para a manutenção de um modo de vida característico das cidades interioranas.

Entretanto, em alguns lotes, os espaços dos quintais foram destinados a construção de pequenas edificações que têm seu acesso pelo afastamento lateral. Esta prática foi muito comum no passado e contribui para a redução da área permeável no bairro como um



todo. Ainda assim, a presença de quintais e jardins vegetados é uma de suas características mais marcantes.

Os jardins frontais e quintais, também têm um importante papel nos modos de ocupação do bairro. É comum que durante eventos de grande porte, os moradores estabeleçam nestes locais, atividades comerciais em que são vendidos bebida e comida.

No bairro Santa Tereza a presença de quintais e afastamentos frontais também favorece a atividade de agricultura urbana. A conformação do relevo da área favorece que o espaço do lote seja grande e que as edificações ali implantadas não ocupem toda a sua extensão, o que determina uma maior área permeável. A agricultura urbana praticada nos quintais das residências e afastamentos frontais contempla o plantio de espécies ornamentais, frutíferas, hortaliças e medicinais para o consumo familiar e potencializam a troca de mudas, frutos e sementes entre seus vizinhos.

Em uma abordagem mais relacionada ao campo de pesquisa da arquitetura e urbanismo, MASCARÓ (2008) entende paisagem como uma realidade ecológica, materializada fisicamente num espaço que se pode chamar de natural, quando se considerado antes da intervenção humana, no qual se inscrevem os elementos e as estruturas consideradas pelos homens. Neste sentido, pode-se afirmar que o projetista da paisagem concebe a forma do espaço onde a vegetação entra como elemento plástico, de composição, caracterizado por peculiaridades de um componente vivo e mutável.

O projetista da paisagem deve trabalhar em conjunto com diversos outros profissionais agregando portanto; um estudo interdisciplinar que agrupe conhecimentos da área da botânica, geologia, hidrologia, engenharia civil, sociologia entre outros, além claro do da arquitetura e urbanismo.

4. Paisagem como patrimônio

Em um âmbito mundial o estudo da paisagem tem sido considerado muito importante na área da preservação do patrimônio ambiental devido à sua qualificação como paisagem cultural, um conceito inovador, no qual são ressaltados não só aspectos da relação entre



o homem e a natureza, mas também no fato de combinar instâncias materiais e imateriais do patrimônio, o que leva a necessidade de pensar de forma integrada os diversos aspectos do campo da conservação.

O interesse pela paisagem como patrimônio no plano internacional foi demonstrado pela primeira vez na carta de Atenas de 1931, que teve como uma de suas conclusões gerais a valorização dos monumentos através do respeito pelo caráter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos, cuja proximidade deveria ser objeto de estudo e cuidados especiais. (CARTA DE ATENAS, 1931)

É importante observar que a atenção dada à paisagem estava associada ao monumento já que se recomendava preservar a vizinhança dos monumentos antigos para que estes mantivesse suas características físicas. Entretanto, não havia qualquer recomendação que reconhecesse a importância da preservação dos sítios independente do monumento arquitetônico.

A carta de Atenas de 1933 amplia os estudos de preservação da paisagem quando reconhece a necessidade da preservação de áreas urbanas, além dos edifícios isolados, que representam valores arquitetônicos de determinada época. Porém, deixa claro que as atividades de preservação destes conjuntos não poderiam trazer prejuízos de higiene e interesses sociais da população. Ou seja, a preservação dos conjuntos urbanos estava submetida aos critérios de caráter progressista e higienista da época. (CARTA DE ATENAS 1933)

Em 1937, foi fundado, no Brasil, o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que viria a se tornar o atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Encarregado de identificar e proteger o patrimônio cultural brasileiro, este órgão cria quatro Livros de Tombo nos quais seriam inscritos os bens culturais de acordo com a categoria. A preservação da paisagem deveria ser contemplada pelo Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico. Porém, segundo RIBEIRO (2007), há presença de bens paisagísticos inscritos também nos Livros Histórico e das Belas Artes.



A Carta de Washington (1940) estabeleceu o objetivo de proteger e conservar a paisagem de beleza rara objetivando a proteção da flora, da fauna e das belezas panorâmicas naturais dos países da América. Embora a paisagem fosse uma das preocupações centrais dessa convenção, ela estava ainda com a ideia de paisagem relacionada quase que estritamente à natureza e ao conceito de paisagem como belo.

Até o fim da década de 40 o tombamento de conjuntos urbanos contemplava o monumento e seu ambiente próximo, incluindo os sítios naturais em que se inseria o bem. Nos anos 50 e parte da década de 60 este modelo se repete com poucas variações, porém com o vertiginoso crescimento das cidades, houve uma maior preocupação com a perda de suas configurações naturais. Foi esta preocupação que levou à preservação de conjuntos paisagísticos em grandes e médias cidades. Como exemplo a Serra do Curral em Belo Horizonte, tombada em 1960. (FIG.7)

Figura 7: Serra do Curral em Belo Horizonte.



Fonte: Foto por Fabiano Diniz, disponível no site <http://www.abihmg.com.br>

Sob a influência da carta de Veneza em 1964, a paisagem ganha força como bem cultural independente das referências arquitetônicas ou aspectos monumentais, como se pode observar no artigo 1º deste documento:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entendem-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que



tenham adquirido com o tempo, uma significação cultural. (CARTA DE VENEZA, 1964)

Esta carta reforça, portanto, a proteção de áreas urbanas (paisagens) ao entender como monumento histórico não apenas a criação arquitetônica como anteriormente, mas também o sítio urbano ou rural no qual está inserida. Considera como fatores determinantes à composição arquitetônica de um jardim histórico: o traçado e os diferentes perfis do terreno; massas vegetais seus jogos de cor e espaçamentos, suas alturas; elementos construtivos ou decorativos. Águas em movimento ou em repouso. As escalas de volumes e de cores eram consideradas essenciais à preservação do monumento. (CARTA DE VENEZA, 1964)

Nos anos 70 a extensão de áreas tombadas cresce. Observa-se uma preocupação maior com a ambientação paisagística e o fortalecimento de uma concepção de preservação como atividade que envolve cultura e meio ambiente, como por exemplo, o tombamento de sete morros no Rio de Janeiro em 1973, Pão de Açúcar, Corcovado, Urca, Babilônia, Gávea, Dois Irmãos e Cara de Cão.

A Convenção para proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, e aprovada na reunião de Paris em 1972. Esta convenção estabeleceu a inscrição de bens como patrimônio mundial. Com o objetivo de implementar a convenção e permitir a inscrição e gestão da Lista, foi criada em 1976 o Comitê de Patrimônio Mundial. Os bens a serem inscritos na Lista poderiam ser inventariados e inscritos como patrimônio natural ou patrimônio cultural.

Nos anos 80 o acervo das cidades e centros históricos é ampliado. Maior preponderância é dada a capacidade do território de testemunhar a história e não mais apenas suas qualidades estéticas. Possibilidade de tombamento de áreas urbanas consideradas sem interesse artístico, mas ligadas ao cotidiano das populações ou situações representativas de determinados períodos na cidade.

“a valorização do critério artístico torna a paisagem um enquadramento, um entorno que valoriza o objeto patrimonial. A valorização da ambiência leva a percepção da paisagem como contexto físico que reflete valores da sociedade.” (RIBEIRO, 2007)



Já a Carta de Florença de (1981) define jardins históricos como “uma composição arquitetônica e vegetal, que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico” e trás regras específicas que contemplam as particularidades de suas características como “monumento vivo”. A carta aprofunda o tratamento do tema paisagem como patrimônio ao tratar de Jardim Histórico. Reconhece as especificidades que envolvem a conservação destas tipologias paisagísticas como parte da paisagem.

Em Abril de 2009 o IPHAN promulgou a portaria 127 que estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira definida por “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e ciência humana imprimiram sua marca ou atribuíram valores ”(IPHAN 2009) Embora a chancela de Paisagem Cultural tenha sido aberta, seu conceito é impreciso e necessita de debate para se estabelecer estratégias para a valorização da paisagem como instrumento de preservação.

Para RIBEIRO (2007) aborda que o conceito estabelecido sobre a paisagem pode ser lida de diversas formas:

(...) A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p.9).

A carta dos Jardins Históricos Brasileiros, também chamados de Carta de Juiz de Fora de 2010, considera o conceito de jardins históricos da Carta de Florença 1981, e acrescenta que na realidade brasileira equivalem jardins históricos locais de importância histórica e afetiva nas cidades históricas ou grandes metrópoles. Reconhece que o aspecto de um Jardim Histórico resulta de um clico natural de desenvolvimento e decadência das espécies. A carta considera ainda que a noção de monumento cultural não se restringe apenas ao bem edificado pelo homem, mas abrange a paisagem e sua interação com a natureza. O documento estabelece ainda definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.



5. Vegetação como memória afetiva

A vegetação possui a capacidade de gerar significados sociais e simbólicos específicos em um amplo contexto cultural caracterizando-se como elemento importante na memória e no estabelecimento de vínculos afetivos do indivíduo com o lugar. Algumas espécies são eleitas como símbolos de uma cidade, estado ou até país, tamanha é a sua importância para a cultura local. Espécies símbolos de um local são protegidas por lei e seu abate só é permitido após autorização prévia de um órgão competente.

A vegetação em meio urbano, para além dos benefícios ambientais tem o potencial de qualificar os espaços conferindo-lhes características muito próprias. A repetição de algumas espécies apresenta o potencial de criar ambiências em que as árvores conferem beleza, referências e valores afetivos.

Em alguns casos, existem espécies que representam a cultura de um determinado local e configuram-se como um importante símbolo das atividades ali desenvolvidas. O Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*), foi uma espécie que sofreu intensa exploração no período colonial e, foi associada como elemento de identificação de um território e seu poder econômico. Sua representação mais antiga é expressa no brasão das Armas do Estado do Brasil de 1645. Quatro séculos depois foi reconhecida como Árvore Nacional pela Lei nº 6.607 de 7 de dezembro de 1978. (FIG. 8 e 9)

Figura 8 –Brasão



Figura 9- Arvore Pau Brasil



Fonte: <http://www.belo Horizonte.mg.gov.br/bh-primeira-vista/historia/santa-tereza-o-bairro-mais-boemio-de-bh>

A Lei nº 9.743, de 15 de dezembro de 1988 declara as espécies de ipê amarelo, pertencente ao gênero *Tabebuia* e *Tecoma*, imunes ao corte no estado de Minas Gerais. Embora não seja considerada oficialmente árvore símbolo nacional, o ipê amarelo está



presente em muitas das paisagens brasileiras e, portanto, permanece na memória e imaginário de sua população

No bairro Santa Tereza, existem ipês amarelos por todo o bairro. (FIG.10 e 11) Quando floresce o ipê que é uma árvore caduca, perde todas as suas folhas para dar lugar aos cachos de flores amarelas que predominam na paisagem por um período curto de cinco dias do ano, no período da seca, principalmente na região do bioma cerrado. É uma árvore de crescimento lento e ciclo longo e muito comum na arborização urbana de Belo Horizonte por causa de sua beleza e por apresentar algumas características compatíveis às demandas da arborização do ambiente urbano, como a raiz pivotante, e porte adequado.

Figura 10- Ipê Amarelo nos jardins da Matriz de Santa Tereza

Figura 11- O mapa indica a localização destas espécies no bairro Santa Tereza. (FIG5) Mapeamento dos ipês do bairro Santa Tereza



Fonte: foto de Sérgio Verteiro disponível no site <http://observacaoeanalise.com.br>

Fonte: elaborado por REIS, Patrícia com base nos dados disponibilizados pela secretaria do meio ambiente, 2017.

A árvore símbolo de Belo Horizonte é a quaresmeira, (*Tibouchina granulosa*, (FIG 12 e 13). Apresenta intensa floração nas cores rosa e roxa que predominam na paisagem da cidade, ocorrendo com frequência por todo o ano em um intervalo de 40 dias. É uma árvore natural da mata atlântica, muito admirada por sua beleza e amplamente utilizada para arborização urbana e paisagismo. Apresenta crescimento rápido e ciclo de vida curto, fácil cultivo e baixos custos de implantação.

o Bairro Santa Tereza o uso das quaresmeiras na arborização urbana é constante. Por permanecerem floridas quase por todo o ano, as quaresmeiras são responsáveis pelos



tons de roxo e rosa da paisagem urbana do bairro. No mapa abaixo foram mapeadas as quaresmeiras de Santa Tereza

Figura 12 - Quaresmeira, árvore símbolo de Belo Horizonte, na Rua Quimberlita, Bairro Santa Tereza. (dir)

Figura 13 - Mapeamento das quaresmeiras do bairro Santa Tereza.



Fonte: foto de Sérgio Verteiro disponível no site <http://observacaoeanalise.com.br>

Fonte: modificado com base nos dados disponibilizados pela secretaria do meio ambiente, 2017.

A vegetação, portanto, assume seu espaço enquanto memória afetiva, quando está inserida no imaginário de uma comunidade como parte da paisagem da cidade. Muitas vezes a memória da espécie vegetal é tão clara que esta é eleita como elemento de identidade de uma comunidade e representa valores culturais de uma civilização.

6. O papel da paisagem cultural e ambiental do bairro Santa Tereza

O Bairro Santa Tereza com suas características peculiares tanto sob o aspecto cultural quanto ambiental representa para a cidade de Belo Horizonte um referencial de modo de vida que resgata valores tradicionais da cultura mineira do encontro na esquina, à ida à padaria, cinema, Igreja e na praça.

As praças presentes no bairro (FIG. 14) configuram suas principais ambiências e estão relacionadas a estabelecimentos comerciais e culturais o que garante que estejam sempre movimentadas com apresentem um uso constante pela população.

Figura 14- Mapeamento das praças do bairro

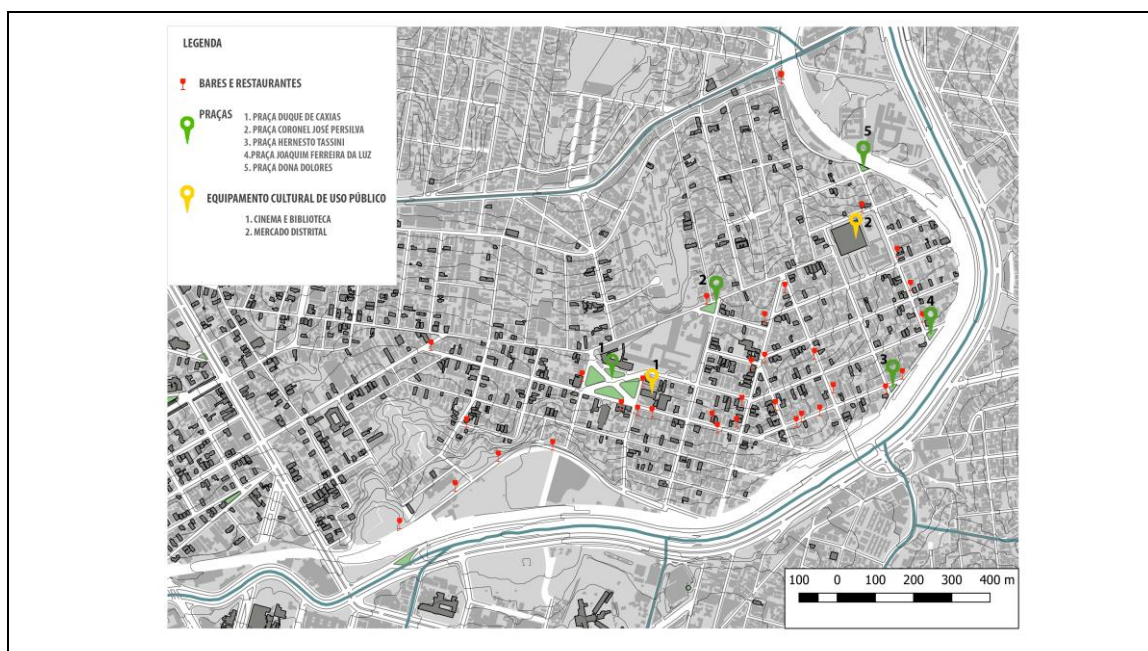


Figura 8: modificado com base nos dados disponibilizados pela secretaria do meio ambiente, 2017

A Praça Duque de Caxias (FIG 15) se localiza na Rua Mármore e é o principal ponto de encontro dos moradores e palco de inúmeras manifestações cívicas e culturais. Associam-se a esta praça bares e restaurantes do entorno, o cinema público (Cine Santa Tereza) e Paróquia Santa Tereza.

A Praça Coronel José Persilva (FIG 16), está localiza no trecho do cruzamento entre as Ruas Salinas e Tenente Durval. Associadas a esta praça estão alguns bares e restaurantes. O local também é apropriado pela população as quintas e sábados para dar espaço à feira de gastronomia e de produtos orgânicos.

Figura 15: Praça Duque de Caxias



Figura 16:- Praça Coronel José Persilva



Fonte: Arquivo REIS, Patrícia, 2017



Praça Ernesto Tassini (FIG 17 e 18), está localizada no cruzamento das Ruas Dolores do Indaiá com Conselheiro Rocha. É associada aos estabelecimentos Bar do Orlando e Parada do Cardoso e funciona como uma extensão destes espaços. O local é muito utilizado para encontros musicais e de lazer e configura uma das ambiências mais importantes do bairro. A Praça Joaquim Ferreira da Luz (FIG 10 direita) está localizada entre o cruzamento das ruas Silvanópolis e Conselheiro Rocha, no quarteirão seguinte após a Praça Ernesto Tassini. As duas praças tem configurações parecidas e são facilmente confundidas pelos usuários do bairro. Associada a esta Praça está o Bar Birosca, Temático e o Mercado Distrital.

Figura 17: Praça Ernesto Tassini



Figura 18: Praça Joaquim Ferreira da Luz (direita)



Fonte: Arquivo REIS, Patrícia, 2017

A Praça Dona Dolores (FIG 19) está localizada no cruzamento das ruas Oligisto e Conselheiro Rocha. Esta praça é menos conhecida e frequentada por seus moradores e usuários por ser mais afastada e por ser mal iluminada. Próximo a esta praça encontram-se bares e restaurantes tradicionais do bairro como o Temático e o Empório Viação Cipó.

Figura 19: Praça Dona Dolores



Fonte: Arquivo REIS, Patrícia, 2017



Conclusão

O conjunto urbano do bairro Santa Tereza é considerado patrimônio cultural do município de Belo Horizonte e apresenta várias edificações com interesse de preservação. Atualmente algumas edificações estão tombadas, em processo de tombamento ou fase de registro documental de acordo com o Dossiê de tombamento do Conjunto urbano do bairro Santa Tereza. Além de seu rico patrimônio material o bairro Santa Tereza preserva tradição e paisagens carregadas de significados históricos, simbólicos e afetivos.

Trata-se de um bairro tradicional onde seus moradores ainda conservam hábitos de uma cidade do interior em um ambiente tranquilo. Esta qualidade está diretamente ligada à preservação da ambiência urbana, especialmente pela ocupação com baixa altimetria e uso predominantemente familiar. O predomínio de lotes estreitos e profundos possibilitaram a ocupação desses por mais de uma família, fortalecendo os vínculos de vizinhança. Além disto, existem muitas edificações implantadas no alinhamento das vias, o que fortalece a relação entre espaços públicos e privados. A ocupação das casas sem afastamento frontal evoca lembranças das cidades interioranas. As calçadas estreitas e com árvores plantadas nessas ou no nível da rua, fortalecem essa imagem de pequenas cidades.

O bairro também é conhecido como uma zona boemia do município de Belo Horizonte devido ao grande número de bares e restaurantes presentes e manifestações culturais diversas. Além da boemia, outra marca é a intensa atividade política e cultural. No local existem diversas associações de moradores que lutam pela preservação do bairro. Entre as associações presentes no bairro destacam-se: Movimento Salve Santa Tereza, Mercado Vivo+Verde e a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza. Essa ambiência fortalece as relações de sociabilidade entre os moradores e tornam o bairro singular.

Pode-se destacar alguns elementos que sustentam a identidade do bairro Santa Tereza: um bairro tradicional, onde o tempo é outro, quando comparado ao modo de vida contemporâneo, um lugar marcado por fortes manifestações culturais e com uma



grande atividade boêmia. Soma-se ainda as características da paisagem ambiental em relação ao seu relevo, vistas, acessos e vegetação que qualificam o bairro e geram um sentimento de pertencimento e identidade tipicamente local. A vegetação tem um papel importante nos espaços de lazer, pontos de encontro e de trocas sociais e econômicas. Nesse contexto, a Praça Duque de Caxias, logo que ficou pronta já contava com grande presença de frequentadores. Durante o dia, em função do comércio, dos alunos das escolas, dos moradores locais no seu cotidiano e às noites onde a presença de pessoas de outras regiões da cidade soma-se às do bairro que se confraternizam nas ruas e bares locais. Nos fins de semana estas atividades são potencializadas com apresentações de serestas, filmes, barraquinhas e festas. O bairro apresenta outras praças que também colaboram para a imagem de cidade interiorana.

Estes diversos locais de encontro e convivência contribuíram também para fortalecer ao longo dos anos características tão específicas e típicas no bairro que permite a consideração desse como um patrimônio cultural ambiental a ser preservado e cuidado.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Paulo Henrique. A construção de um patrimônio cultural [manuscrito] : o tombamento federal de Cataguases, Minas Gerais / Paulo Henrique Alonso. - 2010.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global. Tradução: Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest”, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968, sob título: Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Publicado no Brasil no Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, n. 13, 1972.
- BELO HORIZONTE. Lei n. 9959, 20 de julho de 2010. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano. Disponível em: <<http://cmbh.mg.gov.br>>. Acesso em: Outubro, 2016
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Rideel, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso nov. 2016
- Cartas Patrimoniais- <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- CHOAY (1925),
- CURY, Isabelle, et al. Cartas Patrimoniais. Organização: Isabelle Cury. Rio de Janeiro: IPHAN, Dossiê para Preservação Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza, 2015
- ELLIOT, BURKE, 2004)???
- FERRAZ FROSINI DE BARROS, Sílvio; VETTORAZZI, Carlos Alberto. Identificação de áreas para recomposição florestal com base em princípios de ecologia de paisagem. **Revista árvore**, v. 27, n. 4, 2003.



- .- GÓES, 1996)
- ICOMOS Brasil – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention, 2015. Disponível em: <http://www.icomosbr.org/>. Acesso em Novembro de 2016.
- IPHAN, 1937)
- MASCARÓ, Juan Luis, et al. Infra-estrutura da paisagem. Organização: Juan Luis Mascaró – Porto Alegre, RS; Editora: Masquatro; 2008;194 p. il.
- RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 152; 16 x 23 cm. – (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1) ISBN 978-85-7334-054-9 Bibliografia; p. 114
- ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74.
- SAUER, C.O. (1925/1998) (1963?): A morfologia da paisagem. In: CORR A, R.L., -UNESCO, 2003)